

POSSESSÕES PORTUGUESAS EM ÁFRICA: Geografia, ocupação produtiva e desenvolvimento econômico (1875-1886)

Paulo Cesar Gonçalves

Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis/SP
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo analisar as diferentes implicações da conjuntura de final de século, entendido como um período de intensificação do imperialismo europeu, nos debates sobre colonização, emigração e império em Portugal. A abordagem recai sobre os caminhos percorridos pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Sociedade de Geografia Comercial do Porto nos discursos e práticas relacionados à construção do Império português em África.

POSSESSÕES PORTUGUESAS EM ÁFRICA

Geografia, ocupação produtiva e desenvolvimento econômico (1875-1886)¹

A geografia só é realmente fecunda quando aplicada como instrumento de produção.

Jornal de Viagens. Porto, 1880

Utilizando como fonte os boletins e atas da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade de Geografia Comercial do Porto, estudos e projetos de políticos e intelectuais que se debruçaram sobre o tema da colonização africana, além da legislação produzida pelo governo, o objetivo desta comunicação é analisar as diferentes implicações da conjuntura de final de século – período de intensificação do imperialismo europeu – nos debates sobre colonização, emigração e império em Portugal², abordando os caminhos percorridos pelas duas instituições nos discursos e práticas relacionados à construção do Império português em África.

Ao menos dois fatores devem ser considerados no que tange aos problemas coloniais enfrentados por Portugal ao longo do século XIX: a perda do Brasil, sua principal colônia, e a partilha da África pelas potências europeias. Diante da acirrada disputa por porções de terras nos quatro cantos do mundo, em especial na Ásia e na África, cujo marco importante foi a Conferência de Berlim (1884-1885), os antigos impérios ibéricos foram cobiçados por outros países. Apesar disso, Portugal conseguiu manter as possessões e ainda procurou formas de organização e reestruturação de suas colônias.

Por outro lado, em toda a Europa, as sociedades de geografia constituíram-se em locais privilegiados de discussão, reunindo conhecimento teórico e vontade de ação. Na segunda metade do século XIX, imerso em um clima de progresso científico e tecnológico associado à industrialização e à ideia de conquistas coloniais, o continente testemunhou o surgimento do movimento que via na disciplina Geografia um conjunto de saberes que permitiria dominar o mundo, não apenas em nível de conhecimento, mas também em termos de exploração econômica e política. A profusão de sociedades de

¹ Pesquisa em andamento; realizada com apoio financeiro do CNPq a partir de janeiro/2013. Texto provisório, favor não citá-lo sem autorização do autor.

² Paulo Cesar Gonçalves. “Um imperialismo possível: fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914)”. *História (São Paulo)*. São Paulo, v. 30, n. 2, 2011.

geografia revela o caráter militante dos atores do processo em estreita ligação com o expansionismo europeu e os problemas coloniais³.

Em Portugal não foi diferente. As especificidades ibéricas, no entanto, residiam na defesa histórica do império colonial articulada à formulação de projetos para viabilizá-lo sob a ótica da criação de mercados para produtos metropolitanos, fornecimento de alimentos e matérias-primas. A expectativa era de propiciar um balanço de trocas favoráveis à metrópole, revitalizando o comércio colonial como fator de desenvolvimento do reino. Aspectos que mereceram grande atenção das duas sociedades de geografia fundadas sob essa perspectiva.

Portugal e as possessões africanas

Com o desmembramento do império português na América, as possessões em África passaram da periferia para o centro do projeto colonial português⁴. O principal objetivo era fomentar as relações comerciais entre colônias e metrópole, tendo como padrão as experiências desenvolvidas em terras americanas no passado recente. Em 1824, formularam-se os primeiros projetos de colonização, sobretudo para Angola, baseados no fomento da relação direta entre colônias e metrópole, através da supressão ou redução de tarifas comerciais e do aumento das carreiras para facilitar o tráfico. Planos que, na verdade, refletiam a vulnerabilidade de Portugal no continente⁵.

Em meados da década de 1830, o projeto elaborado por Sá da Bandeira buscou transformar radicalmente a economia das colônias através da abolição do tráfico de escravos pelo Atlântico e o início da ocupação efetiva de áreas estratégicas, como o litoral do Congo. A produção de gêneros tropicais contaria com os braços antes exportados e entraria no circuito do comércio mundial, via metrópole. A concessão de isenção fiscal nas trocas com os domínios ultramarinos, a proteção à marinha mercante portuguesa e a reforma da administração colonial criariam condições para a consolidação da economia do império⁶.

³ Ângela Guimarães. “A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX”. *Ler História*. Lisboa, n. 1, 1983. p. 72; José Capela. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975. pp. 119-120.

⁴ Em estudo baseado nas balanças de comércio, Jobson Arruda mostra o impacto negativo na economia portuguesa com a abertura dos portos brasileiros em 1808, que perduraria após a independência. José Jobson de Andrade Arruda. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

⁵ Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. p. 34.

⁶ Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. Porto: Afrontamento, 2000. p. 139.

No final da década de 1860, a grave crise financeira e as desastrosas campanhas militares de ocupação de Angola e Moçambique colocaram em cheque os planos de conquista e abriram espaço para um projeto alternativo defendido por Andrade Corvo. Ideias e ações identificadas com uma política liberalizante que visava modernizar os processos de exploração colonial⁷. Decretou-se, em 1875, a abolição do trabalho escravo nas colônias e foram acordados vários empréstimos no exterior com o intuito de financiar a infraestrutura, pois, na visão do então ministro do Ultramar, somente com vias de comunicação, sobretudo estradas de ferro, seria possível estimular as atividades produtivas nas possessões africanas.

O comércio com o ultramar, mesmo com a melhora em resposta à supressão das barreiras protecionistas, continuou a representar pequena porcentagem do total do movimento português⁸. Os laços econômicos com a metrópole, no entanto, fortaleceram-se, sobretudo nos setores interessados nas atividades coloniais⁹. A esse quadro, deve-se somar, na década de 1880, o movimento europeu em direção à partilha do continente africano, fator fundamental para a configuração definitiva do império português em África¹⁰.

Por outro lado, o processo de sedimentação ideológica do império como símbolo dos valores nacionais teve outro ingrediente importante: a intensificação do popular nacionalismo antibritânico provocada pelo *ultimatum* inglês de 1890, na medida em que se impuseram limites às pretensões colonialistas portuguesas na África.

Nos anos de 1890, o governo português preocupou-se em tentar transformar sua soberania formal sobre as colônias africanas em controle político e econômico, recorrendo à ocupação militar. A falta de recursos e a resistência das populações nativas, no entanto, levaram a um domínio frágil e limitado a algumas posições estratégicas. Seria necessária uma política de financiamento que permitisse ao reino sustentar os gastos para empreender o controle de fato de suas contestadas possessões no continente africano. Após a decretação da nova Pauta Aduaneira, em 10 de maio de 1892, foi possível angariar recursos que viabilizaram, por exemplo, a campanha vitoriosa na Guerra de Pacificação de Moçambique entre 1894-1895.

⁷ Gervase Clarence-Smith. *O Terceiro Império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985. p. 67; Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. *op. cit.*, p. 150.

⁸ Gervase Clarence-Smith. *op. cit.*

⁹ José Capela. *op. cit.*

¹⁰ Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. *op. cit.*, p. 235.

Altamente protecionista, a nova Pauta Aduaneira onerava as importações de produtos estrangeiros nas colônias e reduzia taxas para as mercadorias da indústria portuguesa ou mesmo daquelas que passassem antes pelos portos da metrópole – estratégia antiga, que beneficiava a burguesia mercantil, sobretudo de Lisboa. A partir de então, a reexportação de produtos coloniais – cacau, borracha, café – ganhou inédito relevo até a década de 1910, correspondendo, em média, à metade do comércio total do império e, ao lado das remessas dos emigrantes “brasileiros”, ajudou a combater o déficit da balança de pagamentos¹¹.

Foi à sombra da pauta protecionista que se desenvolveu a exportação de produtos manufaturados para as colônias africanas¹². Por outro lado, os empreendimentos de vulto obrigaram o governo português a abrir suas colônias ao capital externo através da concessão de grandes territórios a companhias estrangeiras, como no caso da Companhia de Moçambique, em 1891, ou então por meio de contratos para construção da infraestrutura local, principalmente estradas de ferro – sinal claro do atraso de seu capitalismo¹³.

A partir da última década do Oitocentos, consolidou-se no império português em África a implantação de um aparelho colonial moderno ancorado em um projeto político definido em nível de Estado e nos interesses de grupos mercantis, industriais e financeiros metropolitanos. A antiga função de entreposto comercial de mercadorias nativas e escravos foi substituída para dar origem, em Angola e, de modo mais modesto, em Moçambique, a um sistema produtivo baseado na economia de plantação, na pequena produção e na mineração¹⁴. As pautas de 1892 permitiram a conquista de mercados para a produção portuguesa na África colonial, constituindo-se no ponto de partida para a aceleração de uma exploração colonial que, a desde então, tomaria o sentido da exacerbação do colonialismo econômico: obtenção das matérias-primas

¹¹ “Entre 1905 e 1915, a média anual do déficit comercial de Portugal elevou-se a uns 30 mil contos. Este ‘buraco’ foi preenchido pelas remessas do Brasil, que se elevaram a cerca de 17 mil contos por ano e pelas reexportações coloniais, que totalizaram os restantes 13 mil contos”. Gervase Clarence-Smith. *op. cit.*, p. 90. Segundo António Telo, ao final do século XIX, o Império representava 3% das importações de Portugal e absorvia mais de 10% das exportações. No início da República, os valores passaram, respectivamente, para 4% e 15%. Em vinte anos, a importância do mercado colonial no comércio externo português triplicou. António José Telo. *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. p. 208.

¹² Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. *op. cit.*, p. 63.

¹³ Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. *op. cit.*, p. 158

¹⁴ Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. *op. cit.*, p. 69.

coloniais pela metrópole com preços impostos por esta e colocação nas colônias dos excedentes da produção metropolitana¹⁵.

As Sociedades de Geografia de Lisboa e do Porto tiveram ampla participação nas discussões sobre as possessões africanas e a formação do império português em África, agregando projetos e estudos cujos objetivos não eram outros senão resgatar o prestígio político e econômico do reino de Portugal através do colonialismo.

A Sociedade de Geografia de Lisboa

Em 1875, um grupo de intelectuais cientes da relação entre o caráter estratégico da geografia para um Estado, em meio ao expansionismo europeu na África, fundou a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). A proposta era associar exploração dos territórios, conhecimento científico e interesses econômicos para garantir os direitos históricos de Portugal e assim consolidar definitivamente sua antiga posição de potência colonial.

As palavras de Luciano Cordeiro¹⁶ ilustram os objetivos e as expectativas que acompanhavam a criação da Sociedade:

(...) uma das ideas principaes que haviam presidido a fundação da Sociedade de Geographia de Lisboa fôra o reconhecimento da urgente necessidade e do imperioso dever imposto a Portugal. Pelas suas tradições, pela sua situação de segunda potencia colonial da Europa, pelos seus grandes interesses economicos e politicos, alem-mar, de entrar definitivamente no movimento espantoso que as sciencias, os estudos e as explorações geographicas estão exercendo lá fôra, e que sendo uma das phases mais interessantes e mais accentuadas d’esse movimento o problema africano, desde os seus primeiros passos no trabalho d’esta fundação, elle e outros fundadores da sociedade tinham reconhecido e assentado que uma Sociedade de Geographia portuguesa deveria necessariamente começar a ocupar-se vivamente d’aquelle problema que encerrava para a nossa patria uma questão vital¹⁷.

A “questão vital” era posicionar Portugal entre as potências coloniais europeias, preservando suas possessões africanas da cobiça alheia. Para tanto, tinha-se ciência da necessidade de se agir coordenadamente e desenvolver uma política colonial consequente através dos seguintes meios¹⁸: (1) pressão junto ao governo para que

¹⁵ José Capela. *op.cit.*, p. 172.

¹⁶ Jornalista, político, escritor, fundador e secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, Luciano Cordeiro foi um dos principais defensores das possessões ultramarinas portuguesas. Escreveu diversos trabalhos sobre o tema (*Portugal e o movimento geográfico moderno; L’Hydrographie africaine ou VXI siècle; Notícia do Cunene; Questões coloniais*) e representou o país em encontros internacionais de geografia em que se discutiu a questão africana, como no Congresso Internacional de Geografia Comercial de Bruxelas, em 1879. Cf. José Timóteo Montalvão Machado. “Luciano Cordeiro”. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 1981.

¹⁷ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 7 de julho de 1876.

¹⁸ Ângela Guimarães. *Uma corrente do colonialismo em Portugal: a Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. pp. 25-26.

marcasse posição imediata na competição internacional através de participação ativa no movimento geográfico internacional e na colonização efetiva; e organização de uma viagem de exploração à África para estabelecer de fato os direitos portugueses sobre a região; (2) ação diplomática com intensa participação da SGL na Associação Internacional Africana para Exploração e Civilização da África; promoção da SGL em nível internacional; busca do reconhecimento dos limites favoráveis às possessões portuguesas; defesa e difusão dos “direitos históricos” de Portugal; (3) intervenção na política interna elaborando e difundindo uma ideologia colonial consoante à realidade portuguesa; busca de apoio e recursos para sua ação; (4) estruturação de uma política colonial apoiada em estudos que definiriam uma linha diretiva; formação e capacitação de quadros para o funcionalismo colonial; criação de um plano de colonização com base no estabelecimento de estações civilizadoras.

A necessidade da organização de expedições científicas para explorar as possessões africanas já era apontada no primeiro número do Boletim da Sociedade, com a reprodução da carta enviada ao rei alertando sobre a importância desse empreendimento, pois Portugal deveria temer o recente processo de internacionalização da África, sair de seu imobilismo, e promover ações de exploração e ocupação, consideradas fundamentais não apenas para garantir a posse desses territórios, mas principalmente para desenvolver o comércio e a indústria do reino. Em suma, um problema geográfico, econômico e civilizador.

Em meados de 1877, a expedição tornou-se realidade com o apoio financeiro da Associação Comercial de Lisboa e do Banco Nacional Ultramarino. Partiram Brito Capelo, Serpa Pinto e Roberto Ivens para penetrar no sertão africano em uma “cruzada civilizadora”, acompanhada com grande entusiasmo nos Boletins da SGL, que traziam os relatos enviados pelos exploradores.

O Boletim também publicava inúmeros trabalhos de estudiosos portugueses e estrangeiros proporcionando a recolha e a acumulação de dados científicos para orientação da elaboração de um plano de exploração “científico, econômico e político” do ultramar africano. Em 1877, criou-se dentro da SGL a Comissão Africana e, em 1880, a Comissão Central de Geografia, presidida pelo Visconde de São Januário, então ministro do Ultramar, com a participação de Luciano Cordeiro e Francisco Chamiço, presidente e fundador do Banco Nacional Ultramarino¹⁹.

¹⁹ O Ministério do Ultramar criou, pelo decreto de 17 de fevereiro de 1876, a Comissão Central Permanente de Geografia. Entretanto, o decreto de 12 de agosto de 1880 integrou essa Comissão à

Além de conclamar a participação do Estado, a Comissão Africana procurou canalizar esforços de particulares e assim desenvolver os domínios ultramarinos. Lançou o *Apelo ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria* para obtenção de recursos destinados ao estabelecimento de estações civilizadoras em pontos estratégicos do território africano. Regulamentadas em 1881 pelo governo português, essas estações tinham os seguintes objetivos: favorecer o acolhimento dos viajantes; instalação de colonos para realização de trabalhos de infraestrutura; promover e desenvolver o comércio, inclusive com o trabalho das populações africanas; atrair africanos ao “trabalho civilizado”; divulgar a língua portuguesa; recolher dados sobre todos os aspectos da realidade das regiões e populações²⁰.

O Boletim dava publicidade a diversos estudos que se debruçavam sobre os territórios coloniais – Angola, Moçambique, Nova Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em 1883, publicou um tratado de Aleixo Justiniano Socrates da Costa, facultativo do ultramar e sócio da SGL, sobre a província da Guiné Portuguesa. O tema central era a Guiné, mas isso não impediu que se tecessem considerações gerais sobre o papel histórico de Portugal no continente, e a necessidade de dar prosseguimento à verdadeira missão das nações cristãs: “civilizar a África”.

Portugal, que descobriu, conquistou, dominou, e ainda possui vastíssima extensão d’essa terra, hoje a menos feliz, tem a principal obrigação, e também é o mais interessado, em levar-lhe pelas suas colônias os inapreciáveis bens da civilização.

Tantos males, exigem remédio energico e pronto; e se este não for applicado opportunamente, é inevitavel a perda das nossas possessões.

Tal não se permita Deus, e estamos certos de que a nova geração portuguesa envidará todos os esforços para reconquistar a Portugal, pela regeneração de suas colônias, o renome e esplendor antigos.

As nossas possessões precisam principalmente de duas cousas: braços para o trabalho e capital para os empreendimentos de reconhecida utilidade.

E isto não se pôde adquirir sem um bom governo; e este é incompativel com os governos militares, que afugentam braços e capitaes, ou os desperdiçam loucamente²¹.

Em 1886, o Boletim deu publicidade a um plano de colonização europeia do Sul de Angola, apoiado pelo *Parecer da Comissão Africana* que alertava para a importância desse empreendimento.

Sociedade de Geografia de Lisboa com o nome de Comissão Central de Geografia. O objetivo era articular as funções do Estado com as da Sociedade dado o êxito de suas atividades como defensora do ultramar português.

²⁰ Ângela Guimarães. *Uma corrente do colonialismo em Portugal. op. cit.* pp. 36-37.

²¹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Série 4, n. 4, 1883.*

A conveniência da colonização europeia de Angola, predominando o elemento nacional, é, de certo, evidente e incontestada. Todavia, não é inútil insistir n'este ponto: – porque não basta reconhecer a utilidade, em absoluto, d'esta colonização – é preciso accentuar o seu valor economico, e a sua importancia relativa, a fim de que, na impossibilidade de attendermos a todas as necessidades da provincia, não vamos empenhando os nossos poucos recursos, em empreendimentos de menor alcance²².

As propostas básicas para o desenvolvimento do plano de colonização de Angola demonstravam a necessidade de se conhecer melhor suas características geográficas, sobretudo da região de Mossamedes, considerada a mais apta para receber colonos, e a importância da criação de condições para o desenvolvimento da colonização: apoio financeiro, proteção contra os nativos, meios de transporte, obras de irrigação, mercados consumidores e apoio técnico.

Por outro lado, existia a preocupação em incentivar investimentos metropolitanos no ultramar africano, assim como valorizá-lo como destino alternativo dos emigrantes/colonos. Para tanto, foram elencadas medidas de caráter prático e teórico: dirigir na metrópole os trabalhos relativos aos emigrantes e colonos; fazer propaganda no reino e no estrangeiro; organização de empresas de colonização; aproveitamento de degredados; coordenação e divulgação de trabalhos e estudos aproveitáveis para a colonização de Angola; distribuição e concessão de terrenos aos colonos; elaboração do regime administrativo e organização das colônias; introdução de novas culturas voltadas para a exportação; transporte de colonos até Mossamedes; condições de expropriação dos terrenos dos indígenas; estudo das indústrias que poderiam ser implantadas em Angola.

No final de 1886, o ministro da Marinha e do Ultramar enviou ofício à Comissão Parlamentar de Emigração para informar a situação das possessões africanas²³. Esse documento relata de forma indireta a preocupação do Parlamento com a emigração portuguesa e possibilidade de desviá-la para as províncias ultramarinas. Na verdade, consistia na resposta ao questionário enviado pela Comissão instituída em 1885²⁴. Seu diagnóstico era um tanto desolador em relação àquele momento, mas ainda esperançoso quanto ao futuro de Portugal e de suas colônias em África.

Relatava a dificuldade de estabelecer colônias nas possessões africanas, observando que a região mais propícia era Mossamedes, em Angola, que havia recebido

²² *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 25 de outubro de 1886.

²³ *Offício do Ministro da Marinha e Ultramar a Comissão [Parlamentar de Emigração] de 16 de novembro de 1886*. Documentação reproduzida e gentilmente cedida por Maria da Conceição Cordeiro Salgado, pesquisadora do CEPESE/Porto.

²⁴ Esse, na verdade era o segundo inquérito sobre a emigração; o primeiro ocorrera em 1873.

12:000\$000 reis anuais do fundo de colonização. Informava ainda que nos últimos dez anos (1876-1885) o governo concedeu terrenos nessa área; contratou, de acordo com o decreto de 16 de agosto de 1881, 186 homens, sendo oito do reino (com profissões diversas) e o restante da Ilha da Madeira (agricultores) que, juntamente com as 432 pessoas de suas famílias, foram levados à Mossamedes transportados pelo Estado em três expedições (março e outubro de 1884 e maio de 1885). Segundo o ministro, o movimento era pequeno: entre 1881 até 1886, o Estado concedeu transporte gratuito nos vapores da Empresa Nacional de Navegação para a África ocidental a 206 homens e 45 mulheres.

Assinalava ainda a importância de se atender ao decreto de 18 de agosto de 1881 e estabelecer as estações civilizadoras provisórias ou permanentes para fomentar a colonização europeia no planalto do sul de Angola, além das juntas protetoras de emigração (art. 10 do decreto de 18 de agosto de 1881) nas capitais das províncias portuguesas em África: Luanda, S. Thomé e Guiné. No entanto, nenhuma delas dava sinal sensível de vitalidade.

Por outro lado, o ministro observou o relativo sucesso da colônia Sá da Bandeira, criada na região do Logambo, em 19 de janeiro de 1885, que vinha prosperando, e chamava atenção para a concessão de terras em Bentiaba (colônia Maria Pia) e em Mossamedes (colônia Luciano Cordeiro), através de decretos régios. Por fim, mas não menos importante, defendeu os atos legislativos como forma de incentivar a emigração para as possessões africanas:

A principal providencia para estimular a emigração para a Africa é o decreto de 16 de agosto de 1881, e à execução d'ella se deve já a existencia da colonia *Sá da Bandeira*.

Ainda em 1886, a valorização do ultramar africano apresentava mais um capítulo com a elaboração do “mapa cor-de-rosa”, a expressão no papel da pretensão portuguesa de constituir um império em África unindo Angola a Moçambique. Ambição jamais aceita pelas outras potências coloniais europeias, em especial a Grã-Bretanha que, em 1890, enviou um *ultimatum*, interrompendo os planos expansionistas do governo ibérico.

Diante desse contexto, merece destaque a preocupação da SGL em justificar a presença de Portugal em parte do continente africano através do seu “direito histórico” adquirido com as viagens ultramarinas de descoberta e conquista. A Sociedade realizou intenso movimento para apresentar internacionalmente um conjunto de documentos que provasse as prioridades portuguesas nas descobertas e ocupações em África, realçando

seu passado glorioso, que contrastava com o momento de fraqueza econômica e militar, além da ausência real em territórios anteriormente ocupados²⁵.

Em meio ao temor da perda dos territórios diante da suposta cobiça de outros países europeus, defendia-se a soberania portuguesa, pois

Se as colônias não forem mercados nacionais, não tiraremos delas os benefícios a que temos direito, em compensação dos sacrifícios que por elas fazemos²⁶.

Um marco nesse processo foi a defesa dos direitos portugueses realizada por Luciano Cordeiro na Conferência de Berlim, assim definida em seu discurso na Câmara dos Deputados, em 1885:

Afirmávamos lá, honrada e firmemente, à face do mundo e da história, o nosso necessário concurso e a nossa continuada tradição de potência africana; negociávamos com toda a Europa o alargamento definitivo do nosso domínio, sob a base de um interesse de civilização e de paz, em que se continha claramente o nosso interesse de segurança e honra; recuperávamos o lugar que nos pertencia no concerto e na deliberação do direito internacional moderno; voltávamos com a nossa soberania autenticada e definida sobre vastos territórios²⁷.

Elementos coletados em pesquisa preliminar nos boletins e na bibliografia sobre o tema evidenciam que a Sociedade de Geografia de Lisboa ganhou posição de relevo em matérias coloniais, sobretudo na defesa dos “direitos históricos” das descobertas e na organização de viagens de exploração do interior da África levadas a cabo por Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ives, com o objetivo de garantir a posse e soberania das colônias²⁸. A instituição teve papel fundamental no aprofundamento da discussão sobre a constituição do império português e no alargamento dos grupos diretamente envolvidos nos problemas coloniais, que compunham o quadro de sócios: predominavam inicialmente professores do ensino superior civil e militar, aos quais se agregaram profissionais liberais, do mundo do comércio e da indústria, e numerosos oficiais do exército e da marinha²⁹.

Esse aprofundamento pode ser verificado na ata da sessão de 7 de abril de 1880, em que se discutiu uma proposta para reafirmar ao governo a necessidade de dar continuidade às expedições geográficas pelo interior da África, ressaltando sua

²⁵ Ângela Guimarães. *Uma corrente do colonialismo em Portugal*. *op. cit.* p. 42.

²⁶ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 07 de abril de 1880.

²⁷ Luciano Cordeiro. *As questões coloniais*. Seleção de textos e prefácio de A. Farinha de Carvalho. Lisboa: Vega, 1993, p. 21.

²⁸ Valentim Alexandre. *Velho Brasil, novas Áfricas*. *op. cit.*, p. 151. É interessante destacar ainda os argumentos utilizados por Andrade Corvo para justificar o financiamento da expedição científica para explorar os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique: alargar mercados, buscar novas fontes de produção e procurar áreas férteis para encaminhar a emigração. Cf. José Capela. *op. cit.*, p. 143.

²⁹ Ângela Guimarães. “A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX”. *op. cit.*, p. 70.

importância para o desenvolvimento das colônias. No entanto, tinha-se consciência de que era preciso fazer mais, sobretudo através da implantação de algumas medidas econômicas como

(...) reformar algumas pautas aduaneiras do ultramar, a fim de que elas, em lugar de beneficiarem a indústria estrangeira, como sucedia actualmente, beneficiassem a indústria nacional; e que se solicitasse quaisquer alterações nas leis vigentes, com o intuito de provocar os nossos capitalistas a colocarem alguns dos seus capitais na indústria da navegação³⁰.

Ainda sob o aspecto econômico, e em meio ao temor da perda dos territórios diante da suposta cobiça de outros países europeus, especialmente Inglaterra, valorizava-se e justificava-se a soberania portuguesa, pois

(...) se as colônias não forem mercados nacionais, não tiraremos delas os benefícios a que temos direito, em compensação dos sacrifícios que por elas fazemos³¹.

Fazer prosperar as colônias em nome da grandeza de Portugal. Com esse propósito, a Sociedade de Geografia de Lisboa identificou os meios de ativar e aumentar as relações comerciais da metrópole com as possessões ultramarinas: o incentivo à emigração dentro do império e o desenvolvimento da navegação nacional, percebida como elemento chave da expansão portuguesa no mundo, com papel assim definido pela Sociedade, já em 1877:

(...) não é racional que haja marinha sem colônias, não se compreende que estas se conservem e floresçam sem marinha que as defenda e lhes dê vida. Portugal ou há-de ser uma potência marítima para ser uma potência colonial, ou há-de fatalmente deixar de ser um povo independente³².

A marinha mercante portuguesa, no entanto, encontrava-se em situação extremamente grave, particularmente após o início da consolidação da supremacia dos navios a vapor sobre os veleiros³³. Sem condições de exigir do Estado – cuja falta de recursos era evidente – o respaldo necessário, armadores e capitães não tinham como enfrentar a concorrência externa. Em 1864, após a falência da Companhia União Mercantil, que exercitava a rota Lisboa-Luanda, o governo começou a subsidiar uma companhia inglesa que estabeleceu ligação entre Lisboa e as colônias da África

³⁰ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 07 de abril de 1880. *Apud* Valentim Alexandre. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. *op. cit.*, p. 183.

³¹ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 07 de abril de 1880. *Apud* Valentim Alexandre. *op. cit.*, p. 184.

³² *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série I, n. 2, 1877. *Apud* Ângela Guimarães. “A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX”. *op. cit.*, p. 76.

³³ Sobre os efeitos da substituição da vela pelo vapor nas últimas décadas do século XIX na marinha mercante portuguesa ver Joaquim da Costa Leite. *Portugal and emigration, 1855-1914*. Tese de Doutorado. Nova York: Columbia University, 1994.

ocidental. Em 1890, companhias inglesas e alemãs, que faziam escalas em Lisboa, Moçambique, Angola e Cidade do Cabo, também passaram a receber subvenção³⁴.

A política protecionista também entrou na pauta da SGL. Sua defesa não era unânime, mas foi tema de algumas sessões da Sociedade, acompanhada da inevitável lembrança do passado colonial, que tinha o Brasil como modelo, e da crítica, mesmo que indireta, à política liberalizante empreendida por Andrade Corvo.

No antigo regimén, Portugal soubera aproveitar melhor suas colónias, fazendo derivar para elas os braços que pediam trabalho e enviando também para ali os produtos nacionais. Que o espírito liberal levou-nos a abrir as nossas colónias e seus rios ao comércio e à navegação estrangeira, do que resultara perdermos a nossa marinha mercante, e precisarmos agora dos navios estrangeiros para as nossas relações comerciais com o ultramar (...)³⁵.

O fantasma da América portuguesa ainda assombrava as perspectivas colonialistas em África e o debate sobre as melhores estratégias – liberalismo ou protecionismo – para o aproveitamento dessas possessões.

A Sociedade de Geografia Comercial do Porto

Oliveira Martins também presidiu a Sociedade de Geografia Comercial do Porto (SGCP), criada em julho de 1880, na esteira das ideias defendidas por sua congênere de Lisboa, ou seja, reanimar o interesse público pelo império colonial. Os principais objetivos estavam expressos na ata de fundação:

- 1º. Desenvolver a instrução geográfica do país, principalmente nas suas aplicações ao commercio e ás industrias.
- 2º. Estudar e fazer público o movimento especial das praças estrangeiras, acompanhando o progresso da sua vida econômica e commercial em tudo o que for útil e aproveitável ao commercio e economia da nação.
- 3º. Criar escolas de geografia commercial, preparando o futuro negociante ou o futuro explorador aos trabalhos de uma vida ativa e ilustre.
- 4º. Derramar e difundir pelas províncias o conhecimento das condições climatericas, físicas e sociais dos pontos naturais da emigração portuguesa, de modo que o emigrante conheça claramente o meio para o qual transporta sua atividade.
- 5º. Fazer conferências públicas nas cidades e vilas das províncias do norte, evangelizando as doutrinas geográficas e econômicas que a ciência e a experiência consideram úteis.
- 6º. Publicar por sua conta ou provocar a publicação dos relatórios, memórias e documentos inéditos que estejam nos arquivos públicos e que apresentem qualquer interesse geográfico ou comercial.
- 7º. Concorrer, por modo compatível com a sua índole e com os meios próprios, para recompensar os serviços importantes prestados à geografia comercial, quer pelos exploradores nacionais, quer por trabalhos científicos especiais.
- 8º. Criar delegações em todas as localidades importantes da província, de modo que a sociedade esteja diretamente ao fato dos acontecimentos comerciais ou econômicos locais, que possam influir parcial ou totalmente no organismo social.

³⁴ Maria Helena da Cunha Rato. “O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional”. *Análise Social*. Lisboa, v. XIX, n. 77-78-79, 1983. p. 1124. No início da década de 1890, os comerciantes do Porto reclamavam da exclusividade de Lisboa e solicitavam a presença dos navios que realizavam o serviço de navegação entre o reino e as colónias no porto de Leixões para incrementar a exportação de tecidos de algodão e vinho. José Capela. *op. cit.*, pp. 166-167.

³⁵ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 13 de maio de 1881.

- 9º. Dedicar especial atenção ao estudo das causas e modos de remediar a emigração.
- 10º. Entrar em relações diretas com os consulados portugueses, protegendo e auxiliando a repatriação de nossos compatriotas desvalidos.
- 11º. Auxiliar e promover explorações geográficas, com o fim científico e comercial.
- 12º. Nomear sindicâncias e comissões de estudo, na investigação das causas da nossa decadência colonial e meios de a remediar³⁶.

Na primeira sessão, Oliveira Martins apresentou um diagnóstico sobre as aptidões de Portugal e da cidade do Porto, o comércio marítimo e as dificuldades enfrentadas devido ao surgimento de novos tempos ancorados no conhecimento da geografia:

(...) o Porto é uma cidade commercial; Portugal não parece fadado ao emporio da grande industria manufactureira; [possui] aptidões agrícolas; [um] destino comercial; [onde] o mar foi a principal estrada do commercio; navegadores, commerciantes, colonisadores primeiro do que ninguem, eis ahi o que foram os portuguezes a contar do XIV seculo.

Outr'ora o commercio era monopolio e tyrannia; n'uma das mãos levava-se a balança, na outra a espada (...). Hoje ha combates, mas de inteligencia, de saber apenas. É necessario bravura, tenacidade, mas para aprender os segredos das leis que regem a economia das nações e a distribuição fecunda dos seus produtos. São necessarios aprestos, munições, mas de uma natureza diversa: livros, mappas, discussões, museus, bibliotecas, tudo o que serve para pôr claramente diante dos olhos o vasto campo d'esse mundo que habitamos e sobre o qual temos de distribuir o que produzimos, e de buscar o que nos falta. A geografia é pois a base do commercio³⁷.

De forma bastante pragmática, apontava o papel militante da SGCP no que dizia respeito à aplicação dos conhecimentos geográficos adquiridos:

Nossas funções são praticas, não são especulativas (...) pretendem influir immediatamente nas questões da economia³⁸.

Na conferência proferida em 15 de dezembro de 1880 sobre se “A industria manufactureira tem condições de existencia no nosso paiz?”, Joaquim Antonio Gonçalves, um dos mais importantes industriais de Portugal, afirmou que

(...) o desenvolvimento de todas as industrias, que tem por materia primeira os produtos têxteis, constitui o primeiro elemento de commercio e domínio colonial.

A maior parte dos sócios, sobretudo comerciantes e industriais, acreditava na viabilidade econômica da alternativa colonial, como o próprio Oliveira Martins reconheceu em comentário após o final do encontro:

(...) na assembleia devia ter ficado a convicção geral de que as nossas colónias africanas eram um vasto mercado aberto à indústria manufactureira da metrópole, quando convenientemente encaminhada e desenvolvida³⁹.

³⁶ *Boletim da Sociedade de Geografia Commercial do Porto*. n. 1, 1880.

³⁷ *Boletim da Sociedade de Geografia Commercial do Porto*. n. 1, 1880.

³⁸ *Boletim da Sociedade de Geografia Commercial do Porto*. n. 1, 1880.

³⁹ *Boletim da Sociedade de Geografia Commercial do Porto*. n. 2, 1881.

Diagnóstico semelhante apontou Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro quanto à importância das possessões africanas:

(...) não escaparia de indicar que era da abertura de mercados nos nossos domínios coloniais que teria de brotar a renascença para a nossa industria desalentada⁴⁰.

Um ano depois, em relatório sobre o tema da industrialização de Portugal, Oliveira Martins voltou ao tema da colonização portuguesa em África, relacionando-o com a ocupação e organização produtiva da região, a formação de mercados para produtos do reino, o desenvolvimento da infraestrutura – navegação e estradas de ferro – e a emigração.

“Porque, meus senhores, o desenvolvimento fabril da nação é o meio, ou pelo menos um dos meios, de pôr ponto n’essa corrente de emigração que a troca de um certo retorno de dinheiro paralysa o desenvolvimento normal da nossa população continental; sendo ao mesmo tempo, n’um futuro mais ou menos remoto, o meio de também podermos tirar fructo das nossas colónias africanas.

A Africa, meus senhores, é um grande mercado de algodão. Possui-a-há, colonisal-a-há, civilisal-a-há (se acaso são capazes de civilização, como nós a entendemos, as raças inferiores que a habitam) quem tiver algodão, polvora e ferragens para vender por menos preço aos negos. De outro modo todos desejos serão vãos, todas as tentativas estereis.

Em Africa não faltam braços – sobram. O negro trabalha por um jornal ínfimo. Iremos mandar portuguezes para a Africa, iremos mandar para lá os nossos lavradores minhotos e açorianos para trabalharem em concorrência com o negro a um salário de 40 ou 60 reis por dia? Seria loucura, e a prova provada está no desatrosos fim das tentativas emprehendidas pelo falecido Sá da Bandeira – esse homem tão nobre, tão digno, mas tão chimerico!

A única emigração útil para a nossa Africa é, meus senhores, a de gente educada praticamente e munida de meios maiores ou menores. O papel dos portuguezes no ultramar só pode ser, ou o de negociante (quando a industria lhe der gêneros nacionaes em que negoceiem), ou de fazendeiros explorando o trabalho dos negros n’um regime que, nem por ter de ser mais ou menos forçado, hade ser forçosamente bárbaro como era a escravidão.

Mas, se observarmos como a questão do regime industrial se prende, por via de emigração e da exportação, ao problema das colónias, é mister não esquecer que ambos esses temas se relacionam intimamente com o da navegação⁴¹.

Colonizar a África portuguesa significava “civilizar” os povos autóctones; “civilizá-los”, significava incorporá-los em termos económicos à metrópole. Assim tentava agir o governo, sobretudo ao enviar expedições geográficas ao interior do continente, que eram divulgadas nos boletins da SGCP.

O governo, pela, sua parte, entendeu confiar-me instrucções para que possam ter todo o valimento os tratados de amizade que a missão tem de celebrar com os chefes d’aquelles povos, e designa quaes os estudos de exploração a que se deve dar preferencia, tanto a interessa da sciencia como do paiz; porém no que respeita a iniciar-se qualquer tentativa que conduza directa ou indirectamente a levar áquelle sertão, em larga escala, os productos da industria portugueza e abrir-lhes faceis e abundantes mercados, incumbe-me o mesmo governo de procurar interessar desde já, n’esta expedição, o commercio das praças de Lisboa e Porto⁴².

⁴⁰ *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto*. n. 2, 1881.

⁴¹ *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto*. ns. 5 e 6, 1882.

⁴² *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto*. n. 6, 1884.

Assim também pensavam os integrantes da SGCP, quando da aprovação do parecer favorável a um plano de colonização em terras de Angola.

O commercio é essencialmente civilizador; a criação de mercados, o trato com os indígenas para a permutação dos productos, as necessidades que se fomentam pela introdução dos productos industriaes do mundo civilizado, tudo isso concorrerá poderosamente para o desenvolvimento da civilização⁴³.

A ciência Geografia, portanto, tinha um papel significativo a cumprir: a busca pelo conhecimento das terras a serem exploradas economicamente. Nada mais sintomático, afinal, que o termo “comercial” integrar o próprio nome da entidade: Sociedade de Geografia Comercial do Porto.

Perspectivas da pesquisa

Esta breve análise de algumas fontes, apoiada em estudos historiográficos, visa ressaltar a riqueza do tema e a potencialidade do material arrolado preliminarmente, justificando e apontando caminhos para o aprofundamento da discussão proposta pela pesquisa ainda em desenvolvimento. O *corpus documental* produzido pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Sociedade de Geografia Comercial do Porto oferece subsídios para o estudo das relações entre metrópole (Portugal) e colônia (possessões africanas) alteradas sob o impacto da industrialização europeia nas décadas finais do século XIX, no qual a Geografia se apresentou como um instrumento científico necessário para se conhecer as condições das colônias e, assim, melhor explorá-las.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas*. Porto: Afrontamento, 2000.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.
- CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.
- CORDEIRO, Luciano. *As questões coloniais*. Seleção de textos e prefácio de A. Farinha de Carvalho. Lisboa: Vega, 1993.

⁴³ *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto*. n. 9, 1885.

- GONÇALVES, Paulo Cesar. “Um imperialismo possível: fluxos migratórios e estratégias colonialistas na Europa mediterrânea (1870-1914)”. *História (São Paulo)*. São Paulo, v. 30, n. 2, 2011.
- GUIMARÃES, Ângela. “A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX”. *Ler História*. Lisboa, n. 1, 1983.
- GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo em Portugal: a Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- LEITE, Joaquim da Costa. *Portugal and emigration, 1855-1914*. Tese de Doutoramento. Nova York: Columbia University, 1994.
- MACHADO, José Timóteo Montalvão. “Luciano Cordeiro”. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 1981.
- RATO, Maria Helena da Cunha. “O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional”. *Análise Social*. Lisboa, v. XIX, n. 77-78-79, 1983.
- TELO, António José. *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.